

A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira

Ernesto Laclau's theory of hegemony and the analysis of Brazilian politics

Daniel de Mendonça¹
ddmendonca@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta dois objetivos centrais. Por um lado, visa apresentar o desenvolvimento mais recente da noção de hegemonia no pensamento político de Ernesto Laclau. Por outro lado, objetiva demonstrar seu potencial heurístico para a análise de política, sobretudo no âmbito da política brasileira. Nesse sentido, no final do artigo, apresentaremos as potencialidades explicativas da noção de hegemonia em dois momentos políticos da história recente brasileira: o movimento das "diretas já" (1984) e a eleição e posterior comoção nacional em torno da morte de Tancredo Neves (1985).

Palavras-chave: *hegemonia, teoria do discurso, política brasileira.*

Abstract

The article has two main goals. First, it presents the most recent development of the notion of hegemony in Ernesto Laclau's political thought. Second, it tries to demonstrate the heuristic potential of this notion in political analysis, particularly of Brazilian politics. At the end the article discusses the explanatory potential of the notion of hegemony for two political moments of Brazil's recent history: the "Diretas já" movement (1984) and the electoral victory, the illness and death of Tancredo Neves (1985).

Key words: *hegemony, discourse theory, Brazilian politics.*

O presente trabalho tem dois objetivos centrais. Por um lado, tem por objeto apresentar o desenvolvimento mais recente da noção de hegemonia no pensamento político de Ernesto Laclau. Por outro lado, objetiva demonstrar seu potencial heurístico para análise de política, sobretudo no âmbito da política brasileira. Para a consecução dos propósitos elencados, o trabalho está dividido em quatro seções principais.

Na primeira seção, será apresentada a noção de hegemonia no contexto teórico em que esta categoria está inserida e a forma como a mesma é operacionalizada. Na segunda seção, apresentaremos o desenvolvimento mais recente desta noção, tendo por base *Contingency, Hegemony and Universality: Contemporary Dialogues on the Left*, trabalho lançado por Ernesto Laclau em conjunto com

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Butler e Žižek (Laclau *et al.*, 2000b). Na terceira seção, serão enfocados os resultados de um trabalho de análise de discursos políticos do final do regime autoritário brasileiro (1964-1985), mormente os episódios das diretas já e da eleição e morte de Tancredo Neves, tendo por base a noção de hegemonia da teoria do discurso. Por fim, apresentaremos algumas conclusões, visando cotejar o desenvolvimento mais recente da noção de hegemonia com os resultados do trabalho de pesquisa aqui divulgado.

A noção de hegemonia no contexto da teoria do discurso

Nesta seção, apresentaremos brevemente o contexto em que tem lugar a noção de hegemonia na teoria de Laclau. Esta categoria está, nesse sentido, imersa num contexto em que a noção de discurso é central. Vejamos, portanto, os elementos essenciais referentes à teoria do discurso que nos possibilitam avançar em direção da noção de hegemonia.

Dessa forma, em relação à teoria do discurso, é importante inicialmente destacarmos que qualquer análise política que tenha por base esta perspectiva teórica deve levar em consideração um universo de extrema complexidade social. A possibilidade de ação de qualquer identidade deve ser entendida em sentido relacional: uma identidade busca impor suas vontades na concorrência com outras, visando, com isso, universalizar seus conteúdos particulares.

A complexidade do social, no entanto, impede necessariamente a completa universalização ou totalização desses conteúdos particulares, uma vez que tentativas de fechamento completo de sentidos sociais são empreitadas sempre incompletas e precárias. Além de empreitadas incompletas e precárias, contingentes, uma vez que nada pode garantir que determinadas explicações, ou efeitos de sentido, sejam capazes de serem universalizados necessariamente. Isso nos leva a concluir que, numa análise que tenha por base a teoria do discurso, não há como se constituir previamente sentidos sociais ou se levar em consideração identidades ou movimentos sociais totalmente constituídos com projetos políticos existentes "desde sempre" em direção a um objetivo preciso (teleológico). Nesta perspectiva, nunca um projeto político de um determinado discurso tem seus sentidos plenamente constituídos.²

Nesse contexto de sentidos sempre mal fechados e incompletos é que a noção de discurso possui sua centralidade. Dessa forma, identidades são constituídas a partir de ordens discursivas disputando sentidos no que Laclau e Mouffe (1985) denominam

de campo da discursividade, que é o espaço onde ocorrem as disputas discursivas. Um discurso é, dessa forma, uma prática social significativa de natureza material. Todo o espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo se ampliarmos a noção de discurso para aquilo que articula "todo o tipo de ligação entre palavras e ações, formando assim totalidades significativas" (Laclau, 2000, p. 10). Em termos analíticos mais precisos, um discurso, ou uma totalidade estruturada relacional, é o resultado de uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais. A prática articulatória, por sua vez, consiste na articulação de elementos num sistema discursivo a partir de um ponto nodal – um ponto discursivo privilegiado – que fixa parcialmente os sentidos desse sistema (Laclau e Mouffe, 1985). A fixação de sentidos é necessariamente parcial tendo em vista as constantes suturas – cortes que uma articulação discursiva constantemente sofre, os quais alteram seus sentidos – que o discurso sofre na relação com outros discursos concorrentes no campo da discursividade.

Um elemento decisivo para entendermos a idéia de hegemonia no contexto discursivo é que, não há como necessariamente estabelecermos previsões de quais identidades políticas assumirão papéis de representação social. Não há aqui a "segurança" do projeto político marxista que previa que a entidade proletária assumiria as lideranças moral, intelectual e política da sociedade industrial.

A razão dessa complexidade e falta de fixidez em relação ao político revela-se no fato de que as relações de poder são sempre constituidoras das próprias relações sociais. Tais relações – evidentemente sempre instáveis, visto a constante possibilidade de serem revertidas, uma vez que um grupo político que hoje detém a força política hegemônica, não quer dizer que a manterá para sempre – são precárias e contingentes. A vontade política é alcançada sempre por meio da força, da disputa, seja agônica³, seja antagônica. Consensos sociais são possíveis, mas nunca eternos: podem futuramente ser desprezados e desrespeitados mesmo pelos próprios sujeitos políticos que outrora os celebraram.

Tendo por base tais pressupostos teóricos e epistemológicos, segundo Laclau e Mouffe (1985), estabelecer uma relação hegemônica significa a tentativa da constituição de uma relação de ordem. Um discurso hegemônico é essencialmente um discurso sistematizador, aglutinador. É, enfim, um discurso de unidade: unidade de diferenças.

A noção de hegemonia, para além de somente caracterizar relações de ordem, pode, do ponto de vista metodológico para aqueles que pretendem realizar análises políticas a partir desta categoria analítica, também servir como peça fundamental para análises de períodos em as próprias noções de ordem política, institucional,

² A idéia da incompletude da produção de sentidos na ordem do discurso culmina na noção da "impossibilidade da sociedade" desenvolvida pelo autor, conforme segue: "hoje em dia tendemos a aceitar a *infinitude do social*, ou seja, o fato de que todo o sistema estrutural é limitado, que está sempre rodeado por um 'excesso de sentido' que é incapaz de dominar e que, por consequência, a 'sociedade', como objeto unitário e inteligível que funda seus processos parciais, é uma impossibilidade" (Laclau, 2003a, p. 104).

³ A noção de "agonismo" foi introduzida no âmbito da teoria do discurso por Chantal Mouffe (2000). De nossa parte, apresentamos uma crítica a esta categoria na comparação que esta autora faz em relação à noção de antagonismo (Mendonça, 2003).

ou até mesmo de ordem democrática, não estão claramente dadas, ou devidamente hegemonizadas, pelos sujeitos políticos em disputa. Utilizar, nestes casos, a noção de hegemonia como ferramenta de análise sugere uma importante inversão. Assim, não se utiliza tal noção para descrever ou enquadrar um determinado momento político hegemônico; pelo contrário, a análise pode ser realizada para demonstrar o quão ausente é a ordem do momento em questão: o quanto os sujeitos políticos desrespeitam os fracos liames institucionais de determinados regimes políticos desacreditados por eles. Nas palavras de Laclau: "numa sociedade que passa por uma profunda desorganização social, a 'ordem' pode ser vista como a inversão positiva de uma situação de anomia generalizada" (Laclau, 2002, p. 122). Contudo, podemos perguntar: o que significa uma ordem hegemônica? Como esta é produzida?

A hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, num determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplas identidades. A idéia de hegemonia existe justamente em contraposição à idéia de falta constitutiva presente na teoria laclauiana. A noção de falta constitutiva induz a idéia de que todas as identidades se constituem sempre de forma incompleta, seja em função da sua própria articulação incompleta de sentidos, seja a partir de sua relação com outras identidades, seja, ainda, por sua negação a partir de seu corte antagônico (uma outra identidade que nega sua própria constituição). No sentido de Laclau, portanto, toda identidade vive numa constante busca à completude, sendo tal busca, contudo, sempre ineficaz. A hegemonia, *in contrario sensu* à noção de falta constitutiva ou de incompletude identitária, visa a preencher essa ausência de plenitude. Conforme Laclau: "entendo por 'hegemonia' uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente" (Laclau, 2002, p. 122). Daí a idéia de "ordem" hegemônica.

É importante ainda levarmos em consideração que o processo de constituição de uma ordem hegemônica parte sempre de um discurso particular que consegue suplementar (no sentido de *supplément* de Derrida), ou seja, representar discursos ou identidades até então dispersas. Esta organização ocorre a partir desse discurso centralizador, de um ponto nodal que consegue fixar sua significação e, a partir dela, articular elementos que previamente não estavam articulados entre si. Tal fixação de sentidos, como vimos, é sempre parcial, precária e contingente, ou seja, nada pode garantir que determinado discurso ou grupo social *a priori* consiga articular outros discursos ou grupos sociais, como atribui o marxismo clássico ao proletariado na sua luta política. A hegemonia discursiva para Laclau não é, dessa forma, uma necessidade, mas um lugar vazio, ou seja, foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade. Nas palavras do autor:

Hegemonizar um conteúdo equivale, por conseguinte, fixar sua significação em torno de um ponto nodal. O campo do social pode ser visto assim como uma guerra de trincheiras em que

diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais [...]. A necessidade e a "objetividade" do social depende do estabelecimento de uma hegemonia estável e os períodos de "crise orgânica" são aqueles em que se debilitam as articulações hegemônicas básicas [...] (Laclau, 2003a, p. 45).

Veremos, na seção seguinte, o desenvolvimento mais recente que Laclau deu à noção de hegemonia. Trata-se de uma sistematização desta categoria, importante para quem deseje empreender análises políticas tendo por base tal formulação.

As quatro dimensões da lógica hegemônica

Em *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left*, Laclau (Laclau et al., 2000) desenvolve sistematicamente a noção de hegemonia, a partir da análise do que ele denominou de "as quatro dimensões da hegemonia". O autor parte do pressuposto de que hegemonia não é tão-somente uma categoria ou uma ferramenta analítica útil. Para além disso, Laclau defende a idéia de que a relação hegemônica define a própria relação política.

Esta afirmação inicial é extremamente importante tendo em vista que o campo de análise em se está adentrando não é um campo de acontecimentos extraordinários ou extemporâneos. Pelo contrário: a relação hegemônica – e seu necessário estabelecimento de ordem – têm efeitos políticos cotidianos. O *status quo* democrático, a necessidade da observância das leis, as relações culturais, se levados em consideração a partir desta perspectiva teórica, são exemplos de ordens hegemônicas.

Dessa forma, eis as quatro dimensões (ou condições) de hegemonia tratadas por Laclau (Laclau et al., 2000), que serão a seguir desenvolvidas: (1) a desigualdade de poder está constituída; (2) há hegemonia apenas se a dicotomia universalidade/particularidade é suprimida; (3) hegemonia requer tendencialmente a produção de significantes vazios e; (4) o terreno no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição da ordem social.

A desigualdade de poder está constituída

Hegemonia, tomada nesta primeira dimensão, representa a própria condição da relação política, baseada na disputa por recursos escassos, tendo por pressuposto a desigualdade de poder. Nesse ponto, como contrapartida teórica à constituição de uma lógica hegemônica, Laclau toma como exemplo a instituição do Estado Político no modelo filosófico de Thomas Hobbes.⁴

O modelo contratualista hobbesiano parte da idéia básica de que os homens no estado de natureza sofrem graves ameaças

⁴ Acerca das considerações que Ernesto Laclau realiza em relação à filosofia de Thomas Hobbes, ver Laclau e Zac (1994) e Laclau et al. (2000).

em relação à preservação ou conservação de suas vidas, uma vez que esta etapa é marcada pela completa inexistência de limites, códigos ou regras morais sobre qualquer aspecto. O desejo humano no estado de natureza não possui freios. O homem é o lobo do próprio homem, uma vez que naturalmente ele não impõe quaisquer limites em relação às suas paixões ou desejos. O estado político, ou seja, a inauguração do mundo político ordenado, a partir de um contrato social artificial (artificial, pois – *in contrario sensu* à máxima aristotélica que afirma ser o homem um *zoon politikon*, – natural é viver em estado de natureza, num estado de guerra de todos contra todos) é a única condição considerada por Hobbes como garantidora da conservação da vida humana.

Contudo, para Laclau, a instituição do Estado Político hobbesiano é a própria extinção da política, uma vez que, se toda a fonte de poder possui um só *locus*, o Leviatã, não há poder a se disputar, não existem vontades divergentes daquelas impostas pelo regime de poder absoluto defendido por Hobbes. Em outras palavras, não há possibilidade de ocorrência de disputas hegemônicas, uma vez que é vedada, desde o princípio, a possibilidade de emergência de discursos contra-hegemônicos.

Dessa forma, tomar hegemonia como categoria analítica significa *a priori* pressupor uma incessante disputa política entre diferentes discursos. O resultado hegemônico é sempre precário, contingente e ameaçado por discursos contra-hegemônicos. Assim, Laclau (Laclau *et al.*, 2000) afirma que o Leviatã é a própria morte da política, uma vez que o poder total não é, a rigor, poder. Se, do contrário, houver uma distribuição desigual de poder, a instituição de qualquer ordem social só pode apresentar-se como resultado da própria desigualdade deste, que contingencialmente estará nas mãos de um grupo específico e não de forma total *ad infinitum* nas mãos de um soberano. Contudo, continua Laclau, no caso de o poder estar efetivamente distribuído de forma desigual, a instituição deste poder nas mãos de determinado grupo depende da habilidade que este deverá possuir para apresentar seus objetivos, inicialmente particulares, como compatíveis e representativos com os anseios de outros grupos.

A hegemonia suprime a dicotomia universal/particular

Esta dimensão tem como característica principal a idéia de que qualquer discurso, para se constituir como hegemônico, deve necessariamente deixar sua mera condição inicial particularizada para tornar-se o *locus* de efeitos universalizantes. Isso não quer dizer, contudo, que um discurso que se torna hegemônico tenha de negar seus conteúdos particulares. Por exemplo, um determinado discurso feminista que hegemonize (universalize) seus conteúdos não poderia, sob este pretexto, deixar de ser feminista, pois isso significaria um abandono completo de seus objetivos particulares iniciais, o que representaria uma subversão de seus próprios sentidos, a ponto de desaparecer como um discurso diferente dos demais. Para este hipotético discurso feminista tornar-se hegemônico, ele precisa ampliar seus conteúdos particulares a ponto de fazer sentido a outros discursos dispersos no campo da discursividade. Segundo Laclau, isso significa:

Há hegemonia apenas se a dicotomia universalidade/particularidade está suspensa; universalidade existe apenas encarnando e subvertendo algum objetivo particular, mas, de forma recíproca, nenhuma particularidade pode constituir-se como política sem se tornar o locus de efeitos universalizantes (Laclau et al., 2000, p. 56).

A relação política é vista aqui como uma relação de representação. A pura particularidade não estabelece relação com nenhuma outra; não se insere, portanto, numa lógica relacional. O não-relacional representa a impossibilidade da política, a impossibilidade da representação. A particularidade que busca universalizar seus conteúdos, condição necessária da hegemonia, precisa representar alguma coisa a mais do que sua pura particularidade. Este algo a mais do que sua mera particularidade só pode ser percebido no momento em que esta consegue representar os conteúdos particulares de outras identidades. Esta representação requer a ampliação de seus sentidos particulares de modo que estes consigam abarcar outros sentidos que não estavam contemplados originalmente por sua identidade. Quando a identidade consegue chegar a esse nível de representação de outros discursos significa que ela não é mais a sua simples particularidade original, nem a identidade de quem ela consegue representar, mas um terceiro conceito capaz de representar a si e aos outros. Essa possibilidade de se auto-representar, bem como representar outros discursos, está na base da relação hegemônica (relação de suplementaridade).

A noção de ponto nodal, incorporada da tradição lacaniana por Laclau e Mouffe (1985), é, em termos mais sistemáticos da teoria do discurso, a idéia mais acabada da supressão da universalidade/particularidade. O ponto nodal representa um discurso privilegiado que consegue articular em torno de si outros discursos. Tal articulação forma uma cadeia de equivalências, que significa que em torno deste discurso central gravitam outros discursos que são representados por este discurso privilegiado (suplementar). Entretanto, para que um discurso se torne um ponto nodal, é preciso, como já mencionamos, que este amplie seus conteúdos, incorpore elementos de outros discursos e necessariamente tenha de ceder alguns de seus sentidos iniciais para que estes não entrem em choque com sentidos produzidos por outras identidades por ele articuladas.

A hegemonia requer tendencialmente a produção de significantes vazios

Para introduzirmos a noção de significante vazio, tomemos as próprias palavras de Laclau: "um significante vazio é um significante sem significado" (Laclau, 1996, p. 69). Vejamos as conseqüências resultantes desse aparente paradoxo.

O significante vazio ocorre quando um discurso universaliza tanto seus conteúdos a ponto de ser impossível de ser significado de forma exata. Isso ocorre, segundo Laclau (1996), quando, numa prática articulatória, a cadeia de equivalências (elementos articulados) expande em muito a agregação de elementos.

Apesar de um significante vazio ser um significante sem significado em função de sua natureza polissêmica que faz com que este esvazie seus conteúdos específicos, é possível, como já assinalamos anteriormente, percebermos seus limites que, segundo Laclau, são sempre antagônicos. Os limites de um discurso buscam sempre subverter seus sentidos, sendo, portanto, negativos à constituição desses.

Por outro lado, aquilo que está além da fronteira de exclusão que delimita o espaço comunitário – o poder repressivo – contará menos como instrumento de repressões particulares diferenciais e expressará mais a pura anticomunidade, a pura negatividade e o mal. A comunidade criada por essa expansão equivalencial será, pois, a pura idéia de uma plenitude comunitária que está ausente como resultado da ausência do poder repressivo (Laclau, 1996, p. 79-80).

Ao mesmo tempo em que os limites de um significante vazio impedem sua expansão significativa e ameaçam sua existência, esses existem também para afirmar a própria existência dessa cadeia discursiva e, ainda, para unir ainda mais as diferenças por ela agregadas, tendo em vista que o limite antagônico é idêntico a todas as identidades constituidoras do significante vazio, gerando, pois, a união dessas diferenças em torno de uma luta comum: contra algo que, de uma forma ou outra, impede a constituição de todos os elementos dessa cadeia de equivalências.

Laclau, num artigo intitulado "A morte e a ressurreição da teoria da ideologia" reafirma os limites de um significante vazio:

Uma cadeia de equivalências pode, em princípio expandir-se indefinidamente, mas, uma vez que um conjunto de relações centrais está estabelecido, essa expansão é limitada. Certas novas relações seriam simplesmente incompatíveis com as particularidades integrantes da cadeia (Laclau, 2000, p. 140-141).

Além dos limites de um significante vazio, duas outras conseqüências devem ser destacadas. A primeira diz respeito à função dos significantes vazios – esses renunciam suas identidades diferenciais (evidentemente que não de forma completa) para serem pontos nodais para onde convergem diversas identidades que anteriormente não estavam organizadas entre si. Outra conseqüência diz respeito à conclusão lógica de que quanto mais estendida for a cadeia de equivalências de um determinado significante vazio, menor será a capacidade de cada luta concreta permanecer fechada em sua demanda particular.

O terreno no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição da ordem social

Um discurso que consegue articular em torno de si outros discursos está exercendo uma função de representação. Já vimos

acima o funcionamento de uma prática articulatória e seu resultado discursivo. Neste momento, queremos dar o sentido da representação, bem como as suas condições de existência numa ordem hegemônica. Tomemos inicialmente as palavras de Laclau:

A representação é o processo no qual o outro – o representante – "substitui" e ao mesmo tempo "encarna" o representado. As condições de uma perfeita representação parecem estar dadas quando a representação é um processo direto de transmissão da vontade do representado quando o ato de representação é totalmente transparente em relação a esta vontade. Isto pressupõe que a vontade esteja plenamente constituída e que o papel do representante se esgote nesta função de intermediação. Desta forma, a opacidade inerente a toda substituição e encarnação deve ser reduzida a um mínimo: o corpo em que a encarnação tem lugar deve ser quase invisível. Neste ponto, contudo, é que começam as dificuldades. Nem do lado representante, nem do lado do representado se dão as condições de uma perfeita representação (Laclau, 1996, p. 172).

Desta maneira, as condições para uma "perfeita representação" não são evidentemente satisfeitas na lógica política, uma vez que, por exemplo, o próprio ato de representação parlamentar não está restrito ao grupo representado, pois que este, na medida do possível, é representante da população em geral. A representação política é, portanto, sempre falha, pois a vontade do representado nunca é satisfeita integralmente, uma vez que o universo da representação é sempre complexo e resultante de disputas políticas de múltiplos interesses para recursos, como se sabe, sempre escassos. Contudo, a representação, ao mesmo tempo em que é falha, mostra-se necessária.

Sendo impossível, a representação direta de uma totalidade é inatingível; sendo necessária, ela terá de ser, contudo, alguma coisa presente no nível da representação. Ela será necessariamente uma representação distorcida, pela razão de não corresponder a qualquer objeto possível. Os sentidos da representação são aqueles produzidos pelas diferenças particulares. O processo de representação pode somente se constituir quando uma destas diferenças divide-se entre o seu caráter diferencial e um novo papel o qual ela assume: a representação de uma totalidade impossível. Esta relação, quando uma certa particularidade assume a representação de uma totalidade inteiramente incomensurável, na teoria do discurso, é chamada de relação hegemônica (Laclau, 2003b, p. 4-5).

É importante, contudo, enfatizarmos que não se trata de negar os conteúdos dos demais elementos da cadeia equivalencial, uma vez que todos esses estão também presentes, e, conforme Laclau afirma, é totalmente possível estabelecer, no universo discursivo, a diferença entre o que é efetivamente uma estrutura discursiva e o que são individualmente seus elementos/momentos articulados. Se isso não for possível, não estamos diante de uma cadeia de equivalências, ou seja, de diferenças articuladas em torno de um projeto discursivo comum (ainda que precário e contingencial), mas tão-somente diante de uma igualdade, ou seja, diante de um só elemento.

Para explicarmos a possibilidade da hegemonia, a partir do processo de representação política no âmbito teórico que assumimos, é preciso entender que a representação, do ponto de vista do representante, é, ao mesmo tempo, o momento em que este "substitui" e "encarna" o representado. A substituição do representado parece ser perfeitamente clara se levarmos em consideração que a representação anuncia a presença de uma ausência. Já a "encarnação" é uma categoria que Laclau não utiliza com fins meramente retóricos, uma vez que seu sentido é bem específico. Tal expressão tem notadamente origem religiosa, sendo um de seus mais caros exemplos o dogma que afirma que Cristo encarna em si a natureza de Deus. No momento em que Cristo encarna a Deus, torna-se seu filho e seu mais perfeito representante perante os homens.

Evidentemente que pelo menos o ponto referente a esta origem religiosa deve ser terminantemente relevado. Para a cristandade, Cristo será sempre a encarnação de Deus e, portanto, seu representante. Contudo, em termos políticos, a representação tem sempre acompanhada de si o sentido da contingência e da precariedade. Isso quer dizer que inicialmente não há qualquer previsibilidade de que um determinado discurso seja necessariamente capaz de assumir a representação de outros discursos. A relação de representação dá-se no momento em que um discurso consegue universalizar seus conteúdos – deixando, portanto, de expressar sua mera particularidade – passando a representar e a encarnar os sentidos de outras particularidades. No momento em que ocorre a generalização da relação de representação temos, conforme Laclau, uma relação hegemônica.

Hegemonia: nova possibilidade de compreensão dos momentos finais do regime autoritário brasileiro

Apresentaremos, a partir de agora, algumas conclusões de pesquisa já concluída,⁵ que teve como tema central a trajetória de Tancredo Neves, mas, principalmente, a construção de sua imagem discursiva, no contexto final do autoritarismo brasileiro. Como suporte teórico e epistemológico foi utilizada a teoria do discurso de Ernesto Laclau. Nesse sentido, nossa hipótese central consistia na afirmação, confirmada ao final da pesquisa, de que o discurso em torno da imagem de Tancredo Neves constituiu-se num significativo vazio naquele contexto de luta final contra o regime militar. Nossa problemática de pesquisa visava responder como se deu esta construção da imagem de Tancredo como um significativo vazio, como um "salvador da pátria" à população brasileira na época, tendo em vista ele ter sido, ao mesmo tempo, o candidato da oposição, mas também um personagem confiável e aceito pelos próprios militares e, portanto, não representando

necessariamente uma ruptura, ou uma drástica mudança com o *status quo* militar.

Para responder nossa problemática de pesquisa, iniciamos por uma pesquisa bibliográfica a partir do período que representou o início do governo de Ernesto Geisel, denominado pela literatura histórica e de Ciências Sociais como o período da "distensão". Nossa análise bibliográfica vai desde este momento até pouco antes do início da campanha das diretas já. Os episódios das Diretas, da eleição e da morte de Tancredo Neves foram constituídos tendo por base principal a pesquisa nos semanários "Veja" e "Isto É" entre novembro de 1983 e maio de 1985.

Como resultado parcial da pesquisa realizada, defendemos que o período entre 1974 e 1984 foi o momento da constituição do que chamamos de "imaginário popular oposicionista". O "imaginário popular oposicionista" constituiu-se numa série de demonstrações de insatisfação política oriundas da população em relação ao governo autoritário, dispersas durante todo período de transição do autoritarismo para a democracia. Esse sentimento oposicionista manifestou-se principalmente sob duas formas: (1) pela via eleitoral, a partir da vitória do MDB nas eleições de 1974 e do contínuo crescimento eleitoral da oposição partidária durante toda a fase de transição; (2) em razão da emergência de "novos movimentos sociais", no final da década de 1970, e dos seus inúmeros embates contra o regime.

A constituição deste "imaginário popular oposicionista" foi fundamental para o sucesso da campanha das diretas já, tendo em vista que este movimento abrigou um sem número de manifestações que foram muito além da demanda inicial de votar para presidente da República em eleições diretas. Afirmamos aqui, portanto, categoricamente, que o "imaginário popular oposicionista" foi o que permitiu a existência de uma Campanha cívica das dimensões das diretas já, uma vez que esta representou a oportunidade de diversos sujeitos bradarem suas inconformidades que, pelo menos, desde o início da distensão, estavam sufocadas por um regime político excludente e autoritário.

O grande número de entidades da sociedade civil que participaram das "diretas já" – sindicatos, organizações de estudantes, grupos feministas, entidades religiosas, associações de moradores – demonstraram a importância dessa campanha na luta contra o regime autoritário, o único elo da sociedade brasileira que ainda insistia na manutenção de eleições indiretas. Não se tratava somente de reivindicar "diretas já". A proposta inicial da emenda Dante de Oliveira, que gerou a campanha popular, teve seu sentido original (votar para presidente) ampliado. Quanto mais avançavam os dias – entre janeiro e abril de 1984 – mais identidades passaram a integrar o movimento, mais demandas de diversos grupos eram incorporadas. Para muitos grupos, lutar por eleições diretas para presidente da República – um expediente que vários países democráticos do mundo dispensam e nem por isso deixam de ser considerados democráticos – transformou-se na também possibilidade de demandar suas questões pontuais,

⁵ A versão completa da pesquisa a que faremos referência está publicada em Mendonça (2004).

as quais não tinham espaço de emergência naquela situação autoritária. Havia manifestantes que, além das diretas, por exemplo, reivindicavam "democratização nas universidades", "direitos civis das mulheres" dentre uma infinidade de outras demandas, ou seja, questões que não possuem nenhuma ligação direta com a regra formal de eleger um presidente. O que deve ser lido nessas manifestações, para além das "diretas já", é que somente derrotando o regime autoritário e reinstituindo a democracia esses movimentos viam a possibilidade de demandar suas políticas específicas que só poderiam ser reconhecidas por um regime político que admitisse a existência de diferenças, contrariamente ao regime autoritário que, por definição, tendia a igualar todos os "cidadãos" do Estado sob os preceitos e bases da sua "revolução".

A campanha das "diretas já" teve o incontestável mérito de reunir em praça pública, sob o eco de apenas um grito, centenas de milhares de manifestantes que, quando gritavam "diretas já", bradavam também em prol de suas demandas identitárias: "direitos civis das mulheres já", "direitos dos trabalhadores já", "liberdade irrestrita de expressão e associação já", "legalização dos partidos comunistas já", "mais verbas para a educação já", "reforma agrária já", enfim, milhares de demandas e grupos sociais que, sob um grito possível de ser bradado, o grito das diretas, queriam, na verdade, muito mais do que isso. "Diretas já" tornou-se a "senha" para reivindicar algo muito mais profundo: significava lutar por democracia e romper, de uma vez por todas, com um regime, que apesar de dez anos de abertura política, insistia ainda em manter o povo à margem dos rumos do processo político brasileiro.

Como vimos por ocasião da terceira dimensão da relação hegemônica, a noção de significantes vazios consiste na confluência de múltiplos significados em um discurso, a ponto de tal discurso perder seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas. Um significante vazio é, ainda, um discurso capaz de impor-se num contexto social a ponto de representá-lo de forma hegemônica. O poder heurístico da idéia de significantes vazios está na própria possibilidade que esta categoria tem de explicar, dar sentido, a um determinado imaginário social, como o imaginário das "diretas já". Nas próprias palavras de Ernesto Laclau:

Se as cadeias equivalenciais estendem uma larga variedade de demandas concretas, então a base das equivalências não pode ser encontrada na especificidade de qualquer uma dessas demandas, pois está claro que o resultado do desejo coletivo encontrará seu ponto ancorador no nível do imaginário social e o centro do imaginário social é o que nós chamamos de significantes vazios (Laclau et al., 2000, p. 210).

Nesse sentido de "imaginário social", a campanha das diretas já se constituiu num discurso com características de significantes vazios. Criou inúmeras expectativas para os brasileiros que, segundo as dimensões dos maiores comícios realizados em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, conseguiu modificar completamente o cenário político do país, no sentido de que, pela primeira vez, durante os vinte anos de regime militar, os próceres

do autoritarismo viram seu poder político enfraquecer-se frente a uma até então inimaginável força oposicionista realmente de caráter popular. Se antes a oposição ao regime autoritário partia de movimentos identitários isolados, como movimentos de trabalhadores, feministas, sem terra, de estudantes, com a campanha das diretas já, as demandas por democracia substantiva – ou seja, direitos sociais que em muito extrapolavam o mero direito de votar para presidente – ecoaram de milhões de brasileiros, que, organizados em movimentos identitários ou não, queriam definitivamente dar um basta a um regime político absolutamente rejeitado pelo povo. Demandar eleições diretas foi dizer não ao regime militar em geral e não ao governo Figueiredo em particular. Demandar eleições diretas também foi dizer sim à democracia, um significante vazio por excelência, por qualquer ângulo que foqemos nossa análise.

Como se sabe, a emenda Dante de Oliveira não foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, e as eleições presidenciais, marcadas para janeiro de 1985, realizaram-se de forma indireta, a partir de um seletivo grupo de 686 parlamentares reunidos em Colégio Eleitoral. Do lado da situação autoritária, Paulo Maluf figurou como candidato. Do lado da oposição, o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, lançou sua candidatura, tendo como candidato a vice-presidente, José Sarney, até poucos meses atrás, uma das principais lideranças políticas do PDS, o partido governista.

Tancredo Neves usou como estratégia para a sua vitória dois elementos essenciais: (1) unir a oposição; e (2) provocar uma cisão na base governista, o que se configurou com o lançamento da Frente Liberal, liderada pelo então vice-presidente da República, Aureliano Chaves e pelo ex-presidente nacional do PDS, Senador José Sarney, o qual já apontamos como candidato a vice na chapa de Tancredo.

Para conseguir os votos necessários à vitória no Colégio Eleitoral, a Aliança Democrática usou também como estratégia a reedição dos comícios da campanha das diretas já, como podemos notar pelos comentários do semanário *Veja*, analisados em nossa pesquisa, dos quais reproduziremos alguns excertos aqui. O primeiro trecho é em relação ao comício de Goiânia:

O comício de Goiânia configurou uma reedição quase perfeita das manifestações pela volta das eleições diretas para a Presidência que movimentaram o país entre janeiro e abril. O locutor foi Osmar Santos. Fafá de Belém cantou a música "Menes-trel de Alagoas". Na praça, estandartes de partidos clandestinos misturavam-se a bandeiras brasileiras. E o comício, transcorrido em permanente clima de festa, foi encerrado com o Hino Nacional entoado em coro (Veja, 1984a, ed. 837, p. 20).

Vejamos ainda o comentário do semanário em relação ao comício realizado em Belém:

O segundo grande comício do candidato da oposição à Presidência da República, Tancredo Neves, transformou-se em mais uma evidência de que as multidões da campanha pelas diretas hoje torcem pelo ex-governador de Minas Gerais no Colégio

Eleitoral. Na sexta-feira passada, havia na Avenida 1º de Dezembro, em Belém do Pará, uma multidão três vezes maior que a reunida em fevereiro no comício em favor das diretas já (Neja, 1984b, ed. 841, p. 26).

Tal estratégia de reeditar as diretas já foi responsável pela construção da imagem de Tancredo Neves como alguém imprescindível naquele momento histórico. O político mineiro, até então visto como um exímio articulador nos bastidores da política nacional e com uma larga ficha de serviços prestados à política brasileira desde a década de 1930, nunca foi, porém, visto como um político popular. Suas eleições foram sempre difíceis, e suas vitórias, normalmente apertadas. Entretanto, a partir de sua campanha presidencial, sua imagem política mudou radicalmente. A estratégia da reedição das "diretas já" para a eleição "indireta" de Tancredo Neves foi plenamente sucedida.

Portanto, a idéia que a campanha de Tancredo Neves trazia em seu bojo era a de que, se não havia sido possível anteriormente derrubar o regime autoritário através da campanha das diretas já, agora a candidatura de Tancredo Neves apresentava-se como o segundo *round* de uma mesma luta. Tratava-se de um discurso político plausível diante de uma população francamente oposicionista à situação autoritária. A candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral apareceria, à população em geral, como uma nova oportunidade do povo de "sagrar-se vencedor" na luta contra o regime.

A campanha de Tancredo Neves conseguiu novamente dar vida aos sentidos esparsos do "imaginário popular oposicionista", constituídos ao longo de mais de dez anos de transição política, quando, de uso de uma estratégia política vencedora, conseguiu condensar em torno de si os sentidos da campanha das diretas. O tom do Manifesto político "Compromisso com a Nação", apresentado por ocasião do lançamento da chapa Tancredo/Sarney, elencava justamente as urgentes necessidades que os brasileiros reclamavam na época: organização institucional, nova Constituição, direitos de cidadania, direitos humanos, combate à pobreza, restabelecimento das eleições diretas, livres e com sufrágio universal para todos os níveis de poder, restabelecimento das prerrogativas e da independência dos poderes Legislativo e Judiciário, combate à inflação, reforma tributária, medidas contra a fome e o desemprego, apoio à livre iniciativa, educação para todos, proteção do meio ambiente, dentre outras constantes no documento.

Estas múltiplas demandas evocadas pelo manifesto "Compromisso com a Nação" eram já demandas oriundas ao longo de dez anos de transição e condensadas inicialmente pela campanha das diretas já. A imagem construída em torno de Tancredo

foi a de um sujeito capaz de enfim transformar estas demandas em promessas de campanha para um futuro governo que era significado como um governo do povo. Nesse sentido, as expectativas democráticas depositadas na imagem de Tancredo Neves, neste contexto final do regime autoritário, a partir dos sentidos do "imaginário popular oposicionista", primeiramente condensados na campanha das diretas já, constitui-se num significante vazio, um significante sem significado, em função de ter sido um ponto nodal de articulação de múltiplas identidades que fizeram com que seu sentido original, de candidato à Presidência, se esvaziava-se pela incorporação de sentidos indeterminados.⁶

Tancredo Neves foi eleito com 480 votos, contra 180 obtidos por Paulo Maluf. Dezessete abstenções e nove ausências foram registradas na sessão do Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985. Os meses de janeiro e fevereiro foram destinados às articulações políticas do presidente da Nova República para a formação de um ministério de coalizão. A posse, que deveria ter ocorrido em 15 de março, nunca se efetivou, pois Tancredo, na noite anterior, foi hospitalizado com urgência no Hospital de Base de Brasília. O presidente eleito não suportou sua enfermidade, vindo a morrer em 21 de abril, no Instituto do Coração em São Paulo.

Entre 15 de março e 21 de abril, o país assistiu a um espetáculo midiático em torno da enfermidade e da morte de Tancredo Neves. As múltiplas esperanças e os múltiplos sentidos construídos durante a campanha presidencial foram transformados numa vigília nacional pela saúde do presidente enfermo. Sua morte, cada vez mais esperada, quanto sofrida, melancolicamente fez com que a "magia" que envolvia a "Nova República" desaparecesse. Contudo, no "imaginário popular", ela representou a "obra acabada do governo que não houve":

Estes são dias de profunda tristeza. Ao longo de nossa história, poucos indivíduos terão deixado um vazio tão grande ao morrer quanto Tancredo Neves, ponto central para o qual convergia toda a teia de entendimentos, explícitos ou não, que permitiram ao país realizar uma das mais brilhantes transições políticas da sua existência. Tancredo era um desses casos clássicos de homem providencial, às vezes indispensável, que toda grande nação – em busca da união e do entendimento – encontra num determinado momento de sua trajetória. Dizer isso não significa santificar Tancredo, que, como todos os homens e políticos, tinha defeitos. O que é importante é que suas qualidades calhavam ser as mais necessárias e úteis para a vida brasileira. A perda, portanto, é inestimável (Neja, 1985, ed. 869, p. 19).

A passagem acima, publicada na edição especial de *Veja* sobre a morte de Tancredo, demonstra, com precisão, o símbolo de esperança que representava o presidente morto. Não se falava

⁶ Podemos dizer que a prévia constituição do "imaginário popular oposicionista" ao longo de dez anos de abertura política no Brasil representou, tendo em vista a mais recente obra de Ernesto Laclau (2005), aquilo que este autor denomina de "demandas populares", as quais surgem a partir de uma série de "demandas democráticas" insatisfeitas naquele contexto pelo regime autoritário. A constituição do "imaginário popular oposicionista", aliada aos posteriores significantes vazios que representaram, respectivamente, a campanha das diretas já e a eleição e morte de Tancredo Neves, são elementos que sustentam nossa afirmação de que o que se processou no Brasil naquelas oportunidades foi uma típica constituição de um fenômeno populista, no sentido expresso por Laclau.

de Tancredo a partir de seus projetos, de suas primeiras ações de governo. O presidente eleito, e nunca empossado, era lembrado pelo que ele, de carne e osso, na direção de um governo de um país com problemas de dimensões continentais, nunca seria capaz de resolver em décadas, quem dirá num mandato apenas.

Possíveis ações concretas de seu governo eram completamente ignoradas naquele contexto, pois, enquanto Tancredo jazia numa cama de hospital, os brasileiros não se permitiam pensar em políticas concretas, tão pequenas e mesquinhas diante daquele "quase santo" que desfalecia. O sentimento popular era o da perda iminente de alguém que, como se fosse possível de um dia para outro virar santo, iria com um estalar de dedos mudar o país.

Se racionalizados os momentos iniciais da "Nova República", sua construção, seus complôs, suas armações obviamente não permitem, de forma alguma, o depósito de tanta esperança como a que foi depositada em Tancredo Neves. Entretanto, a abrupta notícia de sua hospitalização e a melancólica espera de sua morte não eram fatos isolados. Faziam parte de um contexto histórico de oposição de, pelo menos, 11 anos ao regime autoritário, o qual se constituiu um "imaginário popular oposicionista" que foi condensado duas vezes em significante vazio e que, ao final, foi transformado. A primeira condensação foi durante a campanha das diretas já; a segunda, na eleição de Tancredo. Já vencido o regime autoritário, o significante vazio formado a partir do "imaginário popular oposicionista" foi transformado numa expectativa de um novo Brasil, de uma "Nova República". Expectativa frustrada com a morte de alguém que, em meio à cegueira e à histeria coletiva, parecia ter a chave da porta do céu.

Considerações finais: a hegemonia e a análise da política brasileira

Nesta última seção, tomaremos novamente as quatro dimensões da ordem hegemônica, mas, desta vez, analisadas a partir do caso concreto desenvolvido na seção anterior. Assim, em relação à primeira, qual seja, "a desigualdade de poder está constituída", temos no final do regime militar a concretização de um movimento de enfraquecimento da situação autoritária em direção da construção de uma nova hegemonia, representada pela campanha das diretas já e pelo fenômeno Tancredo Neves, a qual aqui chamaremos de "nova hegemonia civil". Para que haja hegemonia, é preciso haver a desigualdade de poder, uma vez que, sendo o poder hegemônico em essência precário e contingente, existirá sempre a possibilidade da existência de processos discursivos contra-hegemônicos e constituidores de uma nova hegemonia. O "imaginário popular oposicionista", seja pela via eleitoral, a partir dos sucessivos avanços do MDB nas eleições de 1974, 1976, 1978 e 1982, que não foram somente maiores devido ao grande número de manobras "legais" eleitoreiras, armadas pelos próceres do regime militar (Lei Falcão, pacotes de "abril de 1977" e de "novembro de 1981"), seja pela via dos movimentos sociais,

constituiu uma base discursiva oposicionista ao regime militar. Essa base de oposição foi articulada, entre janeiro e abril de 1984, a partir do movimento político das diretas já, que se constituiu, como vimos, num ponto nodal que incorporou múltiplos sentidos muito mais amplos do que a mera formalidade de votar para presidente. O movimento serviu como uma espécie de possibilidade de emergência de demandas políticas que, sob seu manto protetor, poderiam ser enunciadas como até então não podiam ou não conseguiam.

A manutenção da eleição indireta para presidente, vista inicialmente como uma vitória pelos militares após a não aprovação da emenda Dante de Oliveira, configurou-se, com a posterior eleição de Tancredo Neves, numa vitória de Pirro. Evidentemente que a vitória de Tancredo não representou um rompimento absoluto com a situação autoritária até então vigente. Pelo contrário, sua vitória foi extremamente pactuada e perfeitamente aceita pelos derrotados. Contudo, o sentimento popular da vitória de Tancredo tinha outra marca, e este é o paradoxo interessante neste jogo político extremamente complexo. A imagem do presidente eleito transformou-se num símbolo de mudança, sem de fato sê-lo da forma como os populares na época imaginavam, pois a reedição da campanha das diretas já em sua eleição, notemos bem, indireta, foi uma estratégia política, se por um lado extremamente audaciosa, por outro lado, possível de ser realizada e vencedora. Possível, pois existia um "imaginário popular oposicionista" condensado pelas Diretas e ainda muito latente na memória popular, que facilmente foi reacendido com todo o vigor e com a violência de um fogo que queima sem controle. O que estava de vez sendo queimado era a ordem política militar, no mesmo momento em que se edificava uma nova hegemonia civil e democrática.

Consideremos agora a segunda dimensão da relação hegemônica, ou seja, "há hegemonia apenas se a dicotomia universalidade/particularidade é suprimida". Acima dissemos que esta dimensão tem como característica principal a idéia de que um discurso, para se constituir como hegemônico, deve necessariamente deixar sua mera condição inicial particularizada para tornar-se o *locus* de efeitos universalizantes. Nos casos da campanha das diretas já e do fenômeno Tancredo Neves, esta dimensão está plenamente presente. Ambos os discursos, para se tornarem hegemônicos, tiveram necessariamente de ampliar seus sentidos, articulando outros elementos discursivos. Aqui é interessante notar que, tanto nas diretas como com Tancredo Neves, o que ocorreu, em cada um destes momentos, foi a constituição de duas cadeias de equivalências distintas e antagônicas: uma representando o discurso autoritário e outra o seu corte antagônico, o qual chamaremos de cadeia de equivalências democráticas. A cadeia de equivalências autoritária tinha um tipo de discurso bem delimitado, ou seja, manter o poder político do Estado nas mãos de seus próceres. Já as cadeias antagônicas civis, tanto no momento das diretas já como com Tancredo Neves, tiveram como característica constitutiva a articulação de múltiplos sentidos políticos que tinham como inimigo comum, daí a idéia de antagonismo, o regime militar.

Neste ponto, podemos considerar a terceira dimensão da relação hegemônica que é a "hegemonia requer tendencialmente a produção de significantes vazios". Aqui já discorreremos mais pormenorizadamente ao longo de toda a terceira seção deste trabalho. Tanto as diretas já como as expectativas condensadas em torno da imagem Tancredo Neves constituíram-se em significantes vazios, no sentido em que abarcaram múltiplos sentidos a ponto de terem perdido suas possibilidades de significações precisas.

Por fim, a quarta dimensão, "o terreno no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição da ordem social". Sem representação não há hegemonia, visto que a relação de representação é o momento em que uma determinada particularidade consegue universalizar seus conteúdos, articulando em torno de si outras particularidades que anteriormente não estabeleciam qualquer elo. A representação é o momento da ordem hegemônica, do preenchimento de um vazio, da articulação de diferenças a partir de um ponto nodal. Mas lembremos sempre a primeira dimensão apresentada: a desigualdade de poder é *conditio sine qua non* da relação hegemônica, pois os sentidos da representação política são sempre precários e contingentes. O espaço que constitui a ordem política está sempre a ser ocupado, mesmo este já estando de fato contingencialmente preenchido. No caso de nossa análise, o espaço de poder, até então preenchido pelos próceres militares, deu lugar a outro, pois seus sentidos não tinham mais possibilidade de "assujeitamento", e a relação de representação constituidora da ordem hegemônica enfraqueceu-se até o ponto de ceder completamente seu espaço para uma outra ordem: hegemônica, democrática e civil.

Referências

- LACLAU, E. 1996. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires, Ariel, 216 p.
- LACLAU, E. 2000. *La guerre des identités: grammaire de l'emancipation*. Paris, La Découverte/M.A.U.S.S., 144 p.
- LACLAU, E. 2002. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 128 p.
- LACLAU, E. 2003a. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires, Nueva Visión, 270 p.
- LACLAU, E. 2003b. *Philosophical Roots of Discourse Theory*. Centre for Theoretical Studies in the Humanities and Social Sciences. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/centres/TheoStud/onlinepapers.asp>, acesso em: 08/03/2003.
- LACLAU, E. 2005. *La razón populista*. Buenos Aires, FCE, 312 p.
- LACLAU, E.; BUTLER, J. e ZIZEK, S. 2000. *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left*. London, Verso, 330 p.
- LACLAU, E. e MOUFFE, C. 1985. *Hegemony & Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London, Verso, 198 p.
- LACLAU, E. e ZAC, L. 1994. Minding the Gap: The Subject of Politics. In: E. LACLAU (eds.), *The Making of Political Identities*. London, Verso, p. 11-39.
- MENDONÇA, D. de. 2003. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*, 20:135-145.
- MENDONÇA, D. de. 2004. *Tancredo Neves: da distensão à nova república*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 125 p.
- MOUFFE, C. 2000. *The Democratic Paradox*. London, Verso, 144 p.
- VEJA. 1984a. *A volta das multidões*. Edição 837, 19 set., p. 20.
- VEJA. 1984b. *A praça muda de cor*. Edição 841, 17 out., p. 26.
- VEJA. 1985. *Carta do Editor*. Edição 869, 01 mai., p. 19.

Submetido em: 15/05/2007

Aceito em: 05/07/2007